

REFORMA UNIVERSITÁRIA E MANIFESTO DE CÓRDOBA – ESTUDO COMPARADO
ENTRE BRASIL E ARGENTINA

KÁTIA CILENE DA COSTA

No século XVI a instituição universitária começa a marcar presença na América Latina, primeiro nas colônias espanholas em São Domingos no México, São Marcos no Peru, São Filipe no Chile e em Córdoba na Argentina. No Brasil colônia, as instituições que se dedicavam ao ensino superior eram dirigidas e controladas pelos jesuítas, oferecendo os curso de Teologia, Filosofia, Medicina e Engenharia (CUNHA, 1983).

A primeira universidade no sentido estrito a se consolidar no nosso país data da década de 20 do século XX, inspirada no modelo de universidade francês. Fundada tardiamente, a universidade brasileira nunca esteve livre de críticas, primeiro pela sua estrutura orgânica, fruto da junção de faculdades que se deu na sua fundação, segundo pela falta de coesão entre suas unidades e terceiro sobre a definição do seu papel na sociedade. (FERNANDES, 1975).

Em 1937, o sistema universitário já estava em pleno funcionamento, são a Universidade do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade de São Paulo. Neste ano, os estudantes, depois de várias tentativas de criar uma entidade de representação estudantil, fundam a União Nacional dos Estudantes, seguindo uma trajetória que vários colegas latino-americanos já tinham trilhado. (POENER, 1994).

O destaque são os estudantes argentinos que, no ano da fundação da entidade brasileira, já tinham um movimento que alcançava proporções continentais dada a sua organização e suas lutas. Os estudantes da Universidade de Córdoba lançam em 1918 os eixos que norteiam a luta por mudanças nas relações dentro da universidade.

O Manifesto de Córdoba de 1918, como ficou conhecido, representa a inserção dos estudantes no debate das funções e qual papel da Universidade perante os conhecimentos que nela são produzidos e para quem são dirigidos. No manifesto, os estudantes de

Córdoba lançam os princípios que deverão orientar uma verdadeira reforma universitária: representação discente e participação nos órgãos diretores, gratuidade do ensino, autonomia universitária, ingresso público para carreira docente, eleição dos dirigentes através de assembléias com participação estudantil e docente. (RIBEIRO, 1990).

Para Brunner (1990), este movimento não só atingiu os ideários universitários, como se ampliou para o processo sócio-político-cultural. O movimento mostra que os estudantes representam a geração na vanguarda libertária e democrática.

Aparentemente, em alguns aspectos as bandeiras do Manifesto de Córdoba de 1918 são extremamente atuais para o Brasil e Argentina, haja vista que nestes países, desde o final do século XX e início do XXI, a luta pela gratuidade, autonomia e democracia nas universidades são pontos cruciais para o movimento estudantil, havendo em curso nos dois países mudanças estruturais na educação superior.

Entre as décadas de 40 e 60 do século XX, o processo desencadeado com a federalização das escolas particulares possibilitou atender a demanda da classe média por ensino superior, já que a mesma enxergava nesta modalidade de educação o caminho para ascensão social. Neste período a estrutura das universidades sofre pequenas mudanças: aumento de vagas, ingresso mediante vestibulares classificatórios e manutenção da gratuidade do ensino. (CUNHA, 1983).

Na Argentina, com o final do governo Perón e início do governo do ditador Lonarde, o ensino superior começa a sofrer importantes mudanças, pois ocorre a expansão do ensino privado, modificando o quadro do ensino superior que era composto em sua maioria pelas universidades nacionais financiadas pelo Estado (KROTSCH, 1997).

Entendendo que as políticas educacionais latino-americanas se influenciavam mutuamente, a UNE organizou o 1º Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior. Neste seminário o contato com a realidade das universidades e dos estudantes latino-americanos, proporcionou ao movimento estudantil brasileiro o conhecimento mais consistente do ideário do Manifesto de Córdoba, que permeou todas as discussões da reforma universitária dos anos 60

Dando prosseguimento às discussões sobre política educacional, a UNE realizou, em 1961, em Salvador, o I Seminário Nacional da Reforma Universitária, com três eixos – “A realidade brasileira”, “A Universidade no Brasil” e “A Reforma Universitária”. Com a análise da conjuntura das universidades brasileiras, feita neste seminário, a UNE promove no ano seguinte, em Curitiba, o II Seminário de Reforma Universitária. Com o amadurecimento do debate os estudantes dão ao conteúdo das discussões uma sistematização mais apurada e colocam a tônica da reforma universitária no leque de mudanças na estrutura educacional brasileira. (FÁVERO, 1994).

Na Carta de Córdoba, é constante a referência ao governo tripartido nas universidades, considerado pelos estudantes brasileiros como questão principal na implementação de reformas no ensino universitário. Desapontados com a não inclusão desta proposição, na promulgação em 1961 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a UNE deflagra um movimento que alcança proporções nacionais. “A greve de um terço”, como ficou conhecida, teve adesão da maioria dos estudantes universitários brasileiros. Com o desgaste do movimento e não atendido em suas reivindicações, a UNE opta por recuar para evitar maiores conflitos com o governo Goulart, considerado democrático, preservando-o das ameaças de intervenção militar.

A intervenção militar é confirmada. Sustentado no apoio da burguesia nacional e do capital estrangeiro, o general Castelo Branco assume a presidência do país. Com o rompimento do diálogo do governo com as classes populares, a UNE e seus movimentos são sufocados e a política nacionalista e as reformas de base são abandonadas passando-se a adotar um modelo de desenvolvimento que pode ser chamado de técnico-burocrático-capitalista dependente. (CUNHA, 1983).

Os governos dos militares lançam várias medidas visando institucionalizar o Estado antidemocrático, sendo os movimentos estudantis e populares os alvos preferidos destas ações. Com a promulgação da Lei Suplicy, os centros acadêmicos são transformados em diretórios acadêmicos subordinados à direção das faculdades, impondo aos estudantes à

obrigatoriedade de votar nas eleições dos mesmos. As medidas de repressão são intensificadas, com vários campi sendo invadidos pela polícia. (POENER, 1994).

O Estado repressor começa a sofrer derrotas quando segmentos importantes da classe média apóiam o movimento organizado em prol da democratização do país. Isto se torna mais contundente quando um estudante é assassinado pelas forças repressoras. A UNE e as demais organizações do movimento estudantil vão para as ruas pedindo mudanças no país e na política educacional do ensino superior. A UNE defende, então, a imediata abertura de vagas nas universidades públicas.

No plano político, a ditadura reconhece a necessidade de se expandir o sistema superior. Tendo alinhado no plano político-econômico como ideário norte-americano, o governo interventor aceita também o apoio na área educacional. Fazem-se homologações dos acordos técnicos e financeiros entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que é o grande interlocutor com o Conselho Federal de Educação. A adoção desta prática de cooperação com os organismos internacionais como financiadores de políticas públicas de educação se estende na atualidade. O que se vê na maioria dos países da América Latina são os investimentos do Banco Mundial e suas orientações, estando presente na condução de ajustes e reestruturação da educação universitária. (LEHER, 2004).

As propostas e concepções dos representantes da USAID elaboraram para uma universidade eficiente e moderna eram que seus recursos deveriam ser bem aproveitados: maximização do trabalho docente e mudanças nas estruturas das universidades. Com estas mudanças o vestibular passou a ser classificatório e unificado, houve a departamentalização das faculdades e a extinção das cátedras. (FÁVERO, 1994).

A política educacional da ditadura militar assume uma prática que a cada vez torna-se mais comum, a apropriação do discurso pela reforma do sistema universitário, que sempre foi luta – e ainda o é – dos estudantes latino-americanos.

Duas questões merecem destaque na reforma implementada pela ditadura: primeiro o espaço que esta reforma dá ao ensino privado, criando mecanismos para que a expansão

seja rápida e assegurando recursos para o seu financiamento; por último é a institucionalização de programas de pós-graduação, medida que possibilitou, no início da década de 70, a criação de várias universidades públicas dentro do modelo norte-americano. (FERNANDES, 1975).

Esta política educacional permaneceu com seus eixos fundamentais sem serem questionados até meados da década de 80 e início dos anos 90, quando vários movimentos de reforma do Estado e questionamento de seu papel ganham força na América Latina.

A política neoliberal, que no Brasil teve início com o presidente Collor, implementa várias ações desta natureza, ganha espaço político maior e se consolida na eleição de Fernando Henrique Cardoso. Em suas propostas de governo está um leque de reformas na Constituição Federal: reforma da Previdência, reforma Administrativa, reformas econômicas e mudança do sistema político.

Na educação – setor estratégico para a implementação das propostas neoliberais – estão em discussão vários projetos que não estão livres de crítica dos movimentos sociais tanto de professores quanto de estudantes. O ideário neoliberal faz com que noções tais como igualdade e justiça social recuem na discussão pública e cedam lugar a novas idéias - forças como produtividade, eficiência, qualidade, modernidade. (GENTILI, 1994). Este ideário de redução das políticas sociais, do Estado mínimo, atinge toda a América Latina. Países como Chile e Argentina já implementaram, em larga escala, projetos em cooperação com o Banco Mundial. (GENTILI, 2001).

O processo de redução do Estado educador na Argentina já se encontra em andamento. Com um sistema público universitário que data do século XVI e com mais dezenas de universidades privadas e centros universitários, o Ministério da Educação propôs a Lei de Educação Superior, aprovada com o número de 24512195, que tem em sua estrutura normas para avaliar e regulamentar todo o ensino superior. As propostas foram introduzidas no país em 1991, quando se faz um acordo entre os reitores e o Ministério da Educação e implementou-se um projeto de cooperação econômica e financiamento para as

universidades nacionais, com acompanhamento dos técnicos do Banco Mundial e suas sugestões de descentralização para melhorar a qualidade do ensino. (LEHER, 2004).

São estes os princípios e conquistas a serem transformados: o papel do Estado como guardião da cultura e da ciência; a formação de uma classe dirigente nacional saída das universidades públicas mais prestigiosas; a formação de profissionais orientados para o público; a diversidade intelectual e disciplinária herdada da dinâmica dos concursos públicos universitários; a autonomia universitária; a gratuidade da oferta; e o governo tripartite com representação estudantil; a “politicidade” dos atores universitários, fundamentalmente dos estudantes. (MOLLIS, 2001, p. 131).

Para a Federação dos Estudantes Argentinos (FUA) a resistência às propostas liberais é uma questão primordial para a manutenção dos princípios da gratuidade, publicidade e democracia do ensino superior, lançados pelo movimento de Córdoba.

Neste início de século o governo brasileiro através do Ministério da Educação apresenta à sociedade um pacote de mudanças na área de educação superior que visam reformar todo o sistema. Um dos pontos defendidos no documento “Por que Reformar” enfatiza:

Essa visão não é um fato recente. Na década de 60, o movimento estudantil saiu às ruas e enfrentou a ditadura militar empunhando a bandeira da reforma universitária. Hoje, quase quarenta anos depois, essa luta é retomada por um governo popular e democrático, apesar de alguns setores e instituições se colocarem reticentes à idéia, por diversos motivos. [...] São cinco razões que motivam a reforma. Reformar para fortalecer a Universidade Pública – Reformar para impedir a mercantilização do ensino superior – Reformar para democratizar o acesso – Reformar para garantir a qualidade – Reformar para construir uma gestão democrática. (Disponível em <http://www.mec.gov.br/reforma>, acesso em 05.01.2005).

Assim temos um quadro em que Brasil e Argentina passam por profundas modificações que dizem respeito ao funcionamento e as características do ensino superior. Há um embate explícito entre as propostas do movimento estudantil (cuja gênese pretendemos localizar em Córdoba 1918) e o projeto educacional dos governos latino-americanos. O resultado deste embate é fator preponderante na definição das feições que terá o ensino superior no Brasil e na Argentina neste século.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio, Paz e Terra, 1977a.

_____. “Movimento Estudantil e Classe Média no Brasil”. In: J.^a Albuquerque (coord.). *Classes Média e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977b.

BERLINCK, Manoel Tosta. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas: Papyrus, 1984.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T. ^a Queiroz Editor/EDUSP, 1983.

BRASIL NUNCA MAIS. *A pesquisa BNM: Os instrumentos de pesquisa e a fonte*. Tomo II, Petrópolis, Vozes, 1985.

BRUNNER, José Joaquim. *Educação Superior em América Latina: cambios y desafios*. Chile, Fondo de Cultura Económica, 1990.

CATANI, Afrânio M. e GUTIERREZ, Gustavo. A universidade argentina hoje: notas para uma discussão. In: Sguissardi, Valdemar e Silva Jr. et ali. *Políticas públicas para educação superior*. Piracicaba, Editora Unicamp, 1997.

CUNHA, Luís Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.

_____. *A Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. *A UNE no tempo do autoritarismo*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.

FERNANDES, F. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

FERNANDES, Florestan. O significado da ditadura militar. In: *1964: Visões críticas do golpe*. Organizado por Caio Navarro de Toledo. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

GARCIA, Marco Aurélio e Vieira, Maria Alice. *Rebeldes e Contestadores*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo, Exclusion Social Y Políticas Educativas, São Paulo, (mimeo), 1995.

_____. *La Universidad en penumbras: el círculo vicioso de la precarización y la privatización del espacio público*. New York, 29-31 mar. (mimeo) 2001.

KROTSCH, Carlos Pedro. La universidad argentina y de los Posgrados. In Sguissardi, Valdemar e Silva Jr. et ali. *Políticas públicas para a educação superior*. Piracicaba, Editora Unicamp, 1997.

LEHER, Roberto. *A contra-reforma universitária brasileira: Associação dos Docentes da Universidade de Brasília – Casa das Musas*, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A Rebelião estudantil: 1968 - México, França e Brasil*. Campinas, Editora Mercado de Letras, 1996.

MATO, Daniel (org.). *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Buenos Aires, CLACSO, 2001.

MOLLIS, Marcela. A americanização das reformas universitárias. O caso argentino. In: Gentili, Pablo (org.) *Universidades na Penumbra neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez, 2001.

POENER, Artur. *O poder jovem*. São Paulo. Centro da Memória da Juventude, 1994.

RIBEIRO, Darci. *A Universidade necessária*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1990.

SANTOS, Nilton (org.). *História da UNE*. São Paulo: Ed. Livramento, 1980.

TRINDADE, Hélijo. As metáforas da crise: da “universidade em ruínas” às “universidades na penumbra” na América Latina. In: Gentili, Pablo (org.) *Universidades na penumbra neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez, 2001.